

REVISTA GEONORTE

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

Fonte: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/about/submissions>. Acesso em: 7 mar. 2019.

REFERÊNCIA

REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. A nova geografia física bertrandiana (é possível tornar humanístico um fisiógrafo?). **Revista Geonorte**, ed. esp., v. 4, n. 4, p. 34-46, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1900>. Acesso em: 07 mar. 2019.

**A NOVA GEOGRAFIA FÍSICA BERTRANDIANA
(É POSSÍVEL TORNAR HUMANÍSTICO UM FISIÓGRAFO?)**

Dante Flávio da Costa Reis Junior

Universidade de Brasília

Georges Bertrand, geógrafo-geomorfólogo francês, formado por mandarins do naipe de Daniel Faucher (1882-1970) e Bernard Kaiser (1926-2001), parece ter, desde sempre, optado pelas vias mais tortuosas.

É relativamente corrente a impressão de que o geógrafo físico seria o profissional, por excelência, devotado às questões e temas práticos – os quais (entende-se assim) exigem dele apenas que esteja razoavelmente consciente dos protótipos teóricos colocados à disposição. O que se esperaria dele, efetivamente, seria antes a destreza em lidar com os problemas empíricos (à base, decerto, de instrumentos técnicos provados de algum modo eficientes). Ocorre, no entanto, que diante de problemas tornados, hoje, ainda mais intensos (e, portanto, demandantes de solução hábil e expedita), este profissional atraído pelo estudo de formas e processos “naturais” é forçosamente convidado a rediscutir aqueles protótipos. E de modo a não mais simplesmente replicar modelos e técnicas ... por mais que provadas bem-sucedidas, noutras épocas ou circunstâncias regionais.

Tomando o assunto nesses termos, podemos afirmar que G. Bertrand exemplifica o personagem que, a bem dizer, “padece” de um atavismo metodológico. Sua “via tortuosa”, então, residiria no exercício (para muitos, penoso) de ciclicamente rever os arranjos conceituais que, durante temporadas apenas, lhe figuram válidos.

Em 2006, por alguns contínuos meses, estive na cidade francesa de Toulouse a fim de examinar de perto a obra bertrandiana – detectando já notáveis inflexões em seu pensamento geográfico. [Resultou desta experiência, por sinal, uma modesta trilogia, em que tentei descrever/transcrever o desenvolvimento de seu ideário (REIS JR., 2007a; 2007b; 2007c).]. Mais recentemente, retornando a Toulouse, tive a ocasião de reencontrar o autor para o registro de novos depoimentos. E surtiu disto a constatação de que aquele pensamento se transformara significativamente em pouco menos de seis anos. Minha fala neste eminente Simpósio se reporta, pois, ao fato.

QUARENTA E OITO ANOS DEPOIS DA LIÉBANA

Com naturalidade, o nome “Bertrand” soa à comunidade latino-americana vinculado a um artigo aparecido no final dos anos sessenta. Sua(s) “Paisagem e Geografia Física Global” ainda hoje nos remete(m) muito espontaneamente à noção de geossistema; modelo conceitual assentado numa tríade bastante familiar aos estudos fisiográficos: “potencial ecológico”, “exploração biológica”, “ação

antrópica”. O entrelaçamento sistêmico dos elementos paisagísticos já era algo indiscutível na concepção bertrandiana. No entanto, esta certeza, na verdade, remontava ao início daquela efervescente década.

Antes do emblemático artigo de 68, Bertrand já havia dado pistas da complexidade inerente à interface < *société* | *nature* > num estudo (supostamente “biogeográfico”) consagrado a uma porção do maciço cantábrico. Ali o encontramos conscientes da Ecologia Científica; a qual lhe encaminhava um juízo interpretativo mais formal para as combinações regionais intrincadas – lá onde havia fitosionomias, feições morfológicas ... mas também gentes. É certo, porém, que a atividade humana, neste contexto, tem em Bertrand um significado que talvez possamos chamar funcionalista. Era de fato um passo à frente trazer o antropismo às considerações em Geografia Física, mas os homens, naquela etapa de seu pensamento, figuravam (e seria, é claro, abusivo exigir mais) como um elemento consumidor de matéria e catalisador de ciclos energéticos – explorando a elasticidade do meio, na medida em que desencadeava retroalimentações locais. Por outro lado, a apreensão direta da paisagem, no campo, dava-lhe sinais de que algo muito decisivo não estava sendo contemplado nos procedimentos. E era a consideração histórica (sobre o pastoralismo, a viticultura) ... que ficava abafada pela compreensão privilegiada dos fenômenos cársticos e glaciais.

Assim, ao longo dos anos setenta, e com saliente inflexão avistada no início dos oitenta, Bertrand sofisticava sua ideia sobre o “global”, depurando aos poucos o papel que as gentes (já não apenas tomadas por suas decisões e ações racionais) podem jogar com respeito aos espaços que ocupam. Neste sentido, é como que se ele tivesse dissolvido, gradativamente, a fronteira que definira a interface recém-mencionada < *s* | *n* >. De vez que ao autor vai se mostrando “evidente” a elaboração cultural das paisagens (as aspas vão aqui por decorrência do cientista saber ser, na verdade, complicado investigar tal elaboração), a tática que lhe pareceu mais “lógica” foi a de resituar o elemento humano num polo especial, dentro do modelo sistêmico. (E as aspas agora vão ali por decorrência do cientista começar a perceber ser, na realidade, reducionista a opção do “enquadramento” conceitual das coisas.). Foi resultando disso um esquema do tipo < (*s* : *n*) >. Ou seja, a natureza, ainda que talvez distante do âmbito linguístico, poderia também advir nos grupos humanos por intermédio de uma representação simbólica. Noutras palavras, a antiga noção de fronteira, dá lugar a um ideário segundo o qual seriam, afinal, fictícios os “caracteres identitários” (sic) de sociedade e de natureza. Estaríamos, melhor definindo, diante de elementos consortes; somente explicáveis (e, na melhor das hipóteses, pouco) relativamente um ao outro. Por consequência, o ano de 1991 guarda, na obra bertrandiana, a mesma mística importância de 68. Em “A Natureza em Geografia” identificamos pela primeira vez o Modelo Tripolar GTP, em que a fenomenologia biofísica toma “quase que” exclusivamente para si o polo G – de geossistema. (Com o perdão do já excesso de aspas, elas aqui, por sua vez, traduzem a convicção do cientista, de que na verdade o exame de uma perspectiva, para que seja fidedigno, terá de ser executado mediante um viés diagonal; isto é, relativizando-a com prováveis outras.).

Os anos noventa inauguram, então, o reenquadramento conceitual das perspectivas. Além da materialidade das ambiências, com seus elementos (potenciais fontes para sobrevivência) previstos em G, o universo humano (material, tanto quanto imaterial) ficava claramente contemplado por duas frentes, ou “acessos” (*entrées*), como as denomina Bertrand. Estas frentes seriam T e P; a primeira ressaltando as fontes que se convertem em recurso (*source* → *ressource*) – e isto traria aos argumentos a relevância das instâncias social e política nas decisões quanto ao uso econômico do meio ambiente –; e a segunda finalmente dando relevo à representação cultural do espaço ... que é um espaço, ainda assim, ocupado e explorado. Como se depreende aqui, doravante o estudo de paisagem, dada a importância de nos esforçarmos a fazer exames de simultaneidade multidimensional, pressupunha considerar o quanto o quadro natural (ocupado) condicionaria formas de representação simbólica; assim como insinuava o valor de considerar o ritmo social das demandas e conflitos, no que concerne aos estoques naturais (explorados).

Mas a despeito dessa resolução efetivamente astuta, não restaria por mais muito tempo acobertado um detalhe: naquela trindade sistêmica, a frente P não passava de uma noção! O fato de que “paisagem” acabara, por um lado, atingindo uma situação de extrema polissemia, e, por outro, chamando a atenção para a necessidade de que (nos seus estudos) se sagrasse a diversidade que lhe seria intrínseca, fazia do GTP um modelo não equipotente. Ou seja, do ponto de vista do controle conceitual do fenômeno (ou de seu “cercamento científico”, digamos assim), P não estava em pé de igualdade com T, e muito menos com G. Mas que estratégia poderia sobrevir?

Pois Bertrand, há cerca de cinco anos, trouxe a público o conceito de “paisagem-território” (*paysage-territoire*). Este mais atualizado protótipo teórico tem como marco temporal preciso a transição entre os anos 2007 e 2008 ... o que certamente explica sua ainda não tão expressiva ressonância na América. Apesar de nos induzir à impressão de um artifício sem grande efeito, a fusão conceitual (que faz, portanto, não se tratar de uma mera união binomial) encerra um esforço interessante: reconhecer sim que paisagem, a rigor, pressupõe diversidade, mas que, no âmbito de um tratamento científico, estamos autorizados a agregar aos caracteres próprios da noção (representatividade cultural, campo sógnico, efeito experiencial e de vivência) as implicações da dimensão territorial. Restabelece-se, assim, a “concretude” que a paisagem perdera diante da reestetização do termo, operada nos últimos tempos. Reconquista que se verificaria por duas especiais razões: sem sacrificar a significância das expressões imateriais da paisagem, não omitiríamos nem seu grande aspecto de fenomenologia biofísica (o G examinado por uma diagonal que passa por T), nem as possibilidades de habilita-la às discussões políticas sobre ocupação e uso (o T examinado por uma diagonal que passa por G).

Para ilustrar um pouco mais as reflexões contemporâneas de Bertrand, gostaria de comentar alguns tópicos que me parecem salientes. São, ademais, provocativos. Se quiséssemos, nos instigariam com facilidade um debate sobre o (quem sabe) futuro próximo da Geografia Física.

1. A Epistemologia do Campo (*Épistémologie du Terrain*)

Foi no ano de 2006, quando de nosso primeiro encontro, que ouvi pela primeira vez a curiosa expressão “epistemologia do campo”. É muito provável que ela já lhe tivesse ocorrido tempos atrás, mas o fato é que naquela ocasião soou-me também como uma reprimenda. (A G. Bertrand, a exemplo de demais geógrafos formados sob a égide do patrimônio vidaliano, não interessam tanto as elucubrações teóricas que não redundem num préstimo bastante claro à prática científica. E tendo percebido de imediato minha indisfarçada predileção por elas, o francês pode não ter perdido o ensejo para me reprovar o déficit de pragmatismo.). Por outro lado, ficaria igualmente comprovado um distintivo do personagem. O império da Geografia Clássica Francesa havia retardado além da conta os trabalhos orientados pelo rito hipotético-dedutivo. A negação do espírito de sistema, a recusa a formulações apriorísticas, por muitas décadas privou os geógrafos do exercício epistemológico. Deste modo, houve muito que recuperar naquela passagem dos anos sessenta aos setenta (desafio que, na França, acarretou o advento da *Géographie Théorique*). Por isso, Bertrand, ainda que não vá ser um daqueles insurgentes que logo se alistaram na empresa de uma geografia de modelagens matemáticas e fisicalistas, vai não menos obstinadamente dedicar-se a uma teorização do objeto geográfico. Essa aplicação é uma marca característica do personagem; sendo que duas particularidades realçam-na ainda um pouco mais a peculiaridade: 1ª) o exercício epistemológico deve escapar dos inúteis hermetismos intelectuais – ou seja, a epistemologia estará sempre a serviço de uma pesquisa debruçada sobre o mundo real; mundo cujo entendimento pedirá mesmo a reavaliação periódica da linguagem científica –; e 2ª) contanto que o geógrafo-epistemólogo saiba ponderar a relevância circunstancial dos fenômenos a partir dos quais (estima) possa explanar sobre o espaço, as terminologias tradicionais podem permanecer, sem problemas – ou seja, não se tratará necessariamente de empreender experimentalismos ou extravagâncias conceituais, e *paysage, territoire, géosystème, milieu, environnement* podem, por isso, permanecer úteis ao discurso científico sobre interfaces do tipo $\langle (s : n) \rangle$.

2. O Sistema Paisagístico Territorializado (*Paysage-Territoire*)

“SPT” (*Système Paysager Territorialisé*). Embora ainda não explicitamente reconhecido pelo autor, este, ao que parece, é o modelo substitutivo do GTP. E pelo que pude entender (à base de duas entrevistas realizadas com o autor nos últimos meses de Janeiro e Fevereiro), por este protótipo teórico a paisagem reconquistaria centralidade nas explanações sobre ocupação e exploração do meio ambiente.

Mas lembremos que a maturação do conceito de geossistema tinha feito Bertrand enxergar a saliência dos imaginários sobre a paisagem – detalhe que inspirou a concepção de um polo especial no arranjo GTP. Por conseguinte, concretizando no plano do método a importância de uma frente devotada à representação cultural da natureza, não se corria mais o risco de perder de vista uma via grandemente esclarecedora dos

modos pelos quais as gentes ocupam e usam seus espaços. E decerto perde-la a essa altura significaria uma tremenda involução epistemológica. Mesmo porque resultava dessa proposta, instituída nos anos noventa, a insinuação de que seria aconselhável o geógrafo físico (“biofísico”, gostaria até de dizer) tentar ir além da fronteira dos domínios de estudo técnico-naturalistas – sobre solos, sobre macroformas litológicas e vegetacionais, sobre zonalidades climáticas. Mais enciclopédicos, os saberes com os quais o geógrafo biofísico operaria o levariam, agora realmente, àquela “globalidade” ansiada em 68. Pois que de volta ao cerne de seus argumentos, a paisagem em sua versão mais recente obtivera uma outra espessura, se a compararmos ao *paysage* clássico. “Espessura” resultante da supressão de uma camada que se lhe incrustou com o tempo (a da estetização excessiva) e, conseqüentemente, do realce ou acréscimo de certas três novas camadas: o aproveitamento da Ecologia Científica (que, em outros termos, significa para Bertrand a “renaturalização” de P); a habilitação a um juízo planejador (que, por sua vez, significa converter P – via ganho de dimensão territorial –, de mera noção, em instrumento propriamente conceitual ... útil, pois, a projetos de intervenção); e a consideração da perspectiva dos imaginários culturais (entendidos como influenciados pela ordem natural configuradora dos lugares e, portanto, relevantes aos projetos políticos de intermediação).

Normalmente, seríamos levados a pensar que ao geógrafo físico caberia, por razões de domínio de saber, estritamente a análise dos geossistemas; logo, especialmente a “entrada” ecológica do GTP. Mas a reconfiguração epistemológica de P – que, repito, instaura agora um SPT de espessura distinta – vai lhe exigir, inclusive com respeito ao tratamento do quadro natural (que lhe é muito familiar), a incorporação de visão mais “biocêntrica”, já alterando um tanto o ângulo tradicional de suas pesquisas. (E lembremos aqui que na tradição da Geografia Física Francesa definiu-se um status primaz aos estudos de geomorfologia; o que, noutros termos, quis dizer não prestar tanta atenção às demais dimensões da “natureza” ... e daí, então, a expressão bertrandiana *renaturaliser le paysage*, com evidente intuito de chamar a atenção para a necessidade de alargar a perspectiva das considerações naturalistas.).

Por outro lado, a camada que capacita os estudos paisagísticos às discussões mais pragmáticas, a ver por exemplo com planejamento (*aménagement*), já não seria tão estranha ao geógrafo físico contemporâneo. O próprio geógrafo latino-americano, sem dúvida herdeiro da escola francesa, tem estado envolvido com atividades bastante práticas, atinentes às esferas do pensamento econômico e da tomada de decisão política – algumas destas práticas, aliás, hoje fáceis de identificar pelos jargões da “gestão” e do “manejo”. E, sendo assim, talvez possamos afirmar que a este profissional não pareceria em nada esdrúxulo passar a operar com a ferramenta conceitual “paisagem-território”.

O que, por outro lado, deverá de fato causar-lhe aflição (e, quem sabe, até bem mais do que o compromisso em passar a executar a leitura fisiográfica pela óptica de perspectivas de cunho biologista) é a certa recomendação de que enverede por terrenos frequentemente pisados por antropólogos e psicólogos. Processualística miscigenada que muito raras vezes identificamos na história da disciplina.

[Algo semelhante talvez possa ser verificado com personagens do estilo Jean Gallais (1926-1998), posto que, interessadamente, este teria publicado ensaios numa revista de “Psicologia dos Povos”, e justo no sintomático final de anos sessenta.].

3. Uma Paisagem mais Profunda: o retorno da reprimida (*L’Envol de la Colombe*)

Provando (talvez sem saber) que é possível reaproximar ciência e arte, Bertrand, replicando a inspiração literária que testemunhara em seus mestres, divulgou em encontro científico, ocorrido no ano de 2008, um conto cujo enredo é bastante sugestivo. Intitulado “O Vôo da Pomba, ou, o Regresso da Reprimida” (*L’Envol de la Colombe ou le Retour du Refoulé*), a estória, nas entrelinhas, fala exatamente sobre a ideia de uma paisagem “mais profunda”. No final, a enfática manifestação de um viés que o juízo corrente chamaria “não-científico”. Pois como Bertrand mesmo diz, contos não são sérios. E continuando a ironizar: a paisagem só é algo inteiramente sério para as pessoas que só sabem ser sérias.

Certes, dans un conte il y a toujours une part de vérité. Entre 10 et 90%. Environ. Le reste (l’essentiel?) relève de l’imaginaire. Cette imagination créatrice qui manque tant à la recherche contemporaine sur l’environnement et, à plus forte raison, sur le paysage. (BERTRAND, 2011, p. 23).

O conto, que algo me diz ser autobiográfico, é relativamente curto; por isso, vale a pena apreciá-lo em seu significado. Com a devida autorização de seu autor, fiz a seguinte tradução aproximada:

Era uma vez um pequeno povoado nas Landes¹, no vale do rio Adour, perto da comuna de Peyrehorade, neste canto da Aquitânia onde as Landes encontram o País Basco e a província do Béarn, sem que se misturem. Oeyrevielle era como se chamava este pequeno povoado. Suspenso na beira de um terraço que chamamos aluvial, dominando os “barthes”², essas terras-baixas, anfíbias, inundáveis ao sabor das cheias do Adour e das fortes marés oceânicas que sobem lentamente de Bayonne.

Era uma vez Oeyrevielle e sua pequena escola, com a professorinha Mariana, hiperativa e imaginativa. A conheci por acaso num desses estágios de formação de mestres; estágios que os moldam e conformam. Ela me convidou para passar em seu colégio, a fim de ver alguns desenhos de alunos. Alunos de classes pré-escolares, se bem me lembro.

Passamos silenciosamente entre as fileiras de carteiras. Um colegial, Vitor, tinha feito dois desenhos. Um, de aparência oficial, apresentou imediatamente à professora; outro, de caráter certamente privado, escondeu sob o cotovelo. O primeiro, caprichado mas trivial, representava o vale do Adour, que se podia perceber calmo, através da

¹ Departamento pertencente à região administrativa da Aquitânia, sudoeste da França.

² Segundo Louis Papy (1903-1990), expressão que o camponês das Landes utilizava para se referir às terras inundadas nos meses de inverno pela cheia do rio Adour (*Les “barthes” de l’Adour*, *Annales de Géographie*, Paris, v. 47, n. 269, p. 532-534, 1938).

janela da escola. Tudo estava bem colocado e cuidadosamente colorido: o telhado vermelho das casas de fazenda, os álamos bem verdejantes, o Adour bem azul e, em cinza, as colinas bascas como uma terra estranha. “Eis aqui uma bela paisagem geográfica” – exclama, encantada, a educadora. Depois, ela puxa o outro desenho ainda escondido debaixo do cotovelo de Vitor e, me tomando por uma testemunha especializada, exclamou sorrindo: “Já aqui ele se divertiu bastante. Não é sério!”. Ela teria podido dizer; aliás, ela talvez tenha dito: “Isto não é geográfico!”.

Entretanto, era a mesma paisagem. Talvez um pouco menos arredondada, um pouco menos precisa, um pouco menos colorida. Mais leve e inacabada. Acontece que Vitor tinha desenhado o enquadramento da janela; aberta sobre o vale do Adour. Havia esboçado no primeiro plano, num canto, na luz da janela, a gaiola de vime ou de madeira que efetivamente estava suspensa na sala de aula. E, na gaiola, uma pomba branca, bem viva, atenta aos movimentos da classe, mas como que impaciente, fixando ao longe, na entrada da janela, o céu vasto e vazio de outono.

Eu me preservei de responder à Mariana e sobretudo a Vitor. No lugar disso, perguntei-lhe por que havia desenhado a gaiola e a pomba branca, se o que fora proposto era simplesmente o desenho de uma paisagem (como se pediria a um futuro geógrafo). “E se a porta da gaiola se abrisse?” – lhe sugeri prudentemente. “A pomba voaria pela janela!” – me respondeu naturalmente. “Mas para ir aonde?”. “Ao céu, é claro, reencontrar o voo das pombas que passam” – disse seguro... mostrando um céu, entretanto, vazio. “Mas onde voam essas pombas, esses fabulosos pássaros azuis das Landes?”. “Por sobre os Pireneus, passar o inverno sob o sol da Espanha” – respondeu com a mesma segurança, mas já se cansando de ter que me explicar coisas tão evidentes.

Era de fato uma bela tarde de verão indiano: álamos dourados, onipresença de milhos ainda verdes, águas cinzas vibrantes da maré em elevação, nevoeiros desgastados sublinhando os cumes pirenaicos entre Larroun e Pico de Anie³. Num céu tranquilo, azul como a pomba azul, branco como a pomba branca.

A classe estava silenciosa, a professora imóvel. Então Vitor tomou-me a mão e, pela janela que havia desenhado, me fez entrar, sem qualquer degrau, na sua paisagem. Paisagem que, desde então, tornou-se minha paisagem ... e, espero, também a sua.

A moral da estória talvez não seja assim algo tão fácil de detectar numa primeira leitura. Mas com certeza ela existe. E a torna história no pensamento do autor. A paisagem é um conto. Há nela realidade, mas também sonho. “Entre dez e noventa por cento, mais ou menos”, diria Bertrand, propositadamente jocoso. Aquilo que está “reprimido” é o que devemos reabilitar “a fim de abraçar o território dos homens em toda a sua humanidade” (BERTRAND, 2009, p. 64).

³ Larroun é um monte de aprox. 900 metros de altitude; Pico de Anie, em torno 2500 metros. Ambos situados nos Pireneus franceses, mas próximos ao País Basco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (GEOSSISTEMA, UM ESPAÇO VIVIDO?)

No dia 25 de Janeiro, tive a ocasião de assistir a uma conferência proferida pelo Professor Armand Frémont, na Universidade de Toulouse II. Em seguida, Bertrand receberia o velho amigo em sua residência, para um jantar tanto nostálgico quanto auspicioso. [Como “entrada”, lembraram desafios extracientíficos da juventude. Ambos foram combatentes, mas em pelotões distintos, na Guerra da Argélia (1954-1962). Experiência que, intuitivos, reativamente acabou lhes imprimindo uma visão mais sensível de mundo. Mais “humana” (perdoem se soa piegas).].

Mas tendo sabido que Bertrand está em vias de concluir um novo artigo (no qual deverá depurar melhor justamente essa proposta teórica em torno do *paysage-territoire* e do SPT, que por ora não há como nos chegar aqui senão em ares embrionários), Frémont demonstrou espontânea curiosidade com respeito ao seu teor. Conclusão: o anfitrião ficou de lhe enviar os manuscritos (Bertrand ainda escreve à mão) por volta do mês de Maio. Àquela altura, eram já quarenta páginas.

O que me pareceu mais promissor, no entanto, foi o convite que Bertrand fez a Frémont, de que, após examinar o esboço, ele próprio desse sua contribuição – a qual seria incorporada ao documento final, formalizando um texto a quatro mãos. Frémont, muito modestamente, disse não achar que vá ter o que contribuir. Mas a proposta foi feita e penso que terá excelente consequência para a ciência (tanto do ponto de vista historiográfico, quanto epistemológico).

O fato é que o autor do “*géosystème*”, trabalhando em porção meridional do território, e o autor do “*espace vécu*”, em porção setentrional, estiveram geograficamente afastados quando seus respectivos pensamentos (ambos, por essência, miscigenados) ganhavam viço. Porém, da Alta Normandia, Frémont ouvira falar dos anseios de “globalismo” de um tal Jorge ... e a este, nos Médios Pireneus, chegara a notícia de um conceito que parecia advogar o representacionalismo. Seu autor, um tal Armando.

Eu, neste momento, não tenho, é claro, condições de garantir que tal empresa será levada a cabo. Mas se for, estou convicto de que a tão aspirada resolução metodológica para a interface $\langle (s | n) \rangle$ – desafio vidaliano jamais enfrentado (e ainda complicado pelo acréscimo “subversivo” da preocupação com perspectivas mais subjetivistas) – tem boas chances de finalmente vir à tona.

Falando com sinceridade, sempre me pareceu que esta resolução de fato só poderia vir de um geógrafo físico ... mas um geógrafo físico que tivesse, por algum forte motivo, se tornado “humanístico”. Não pensem que digo isso para bajular o profissional da Fisiografia (gosto deste antigo termo), mas é que tenho de fato a impressão de que o geógrafo físico, ou melhor, biofísico – o que, tenho quase certeza, seria para Bertrand uma adjetivação designativa até redundante – é aquele que, apesar das insuficiências teóricas, mais se manteve fiel (a par, talvez, de um geógrafo agrário que não tenha sucumbido ao discurso ideológico) àquela que, por excelência, é a matéria de investigação da Geografia: a confluência do fato natural com o cultural.



Georges Bertrand e Armand Frémont (Toulouse, 25Jan.2012)

LITERATURA CONSULTADA

BERTRAND, G. **Esquisse biogéographique de la Liébana (massif cantabrique, Espagne): la dynamique actuelle des paysages.** Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, Toulouse, v. 35, n. 3, p. 225-262, 1964.

BERTRAND, G. **Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique.** Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, Toulouse, v. 39, n. 3, p. 249-272, 1968.

BERTRAND, G. **Les structures naturelles de l'espace géographique: l'exemple des montagnes cantabriques centrales (nord-ouest de l'Espagne).** Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, Toulouse, v. 43, n. 2, p. 175-206, avr. 1972.

BERTRAND, G. **La géographie physique contre nature?** Hérodote, Paris, n. 12, p. 77-96, oct./déc. 1978.

BERTRAND, G. **Construire la géographie physique.** Hérodote, Paris, n. 26, p. 90-116, août./oct. 1982.

BERTRAND, G. **Chassez le naturel...** L'Espace Géographique, Paris, v. 18, n. 2, p. 102-105, avr./juin. 1989.

BERTRAND, G. **La nature en géographie: un paradigme d'interface.** **Géodoc**, Toulouse, n. 34, p. 1-16, 1991.

BERTRAND, G. **En passant par le paysage: parmi lieux et milieux, environnements et territoires.** Toulouse: GÉODOC, 2009. 65p. (coll. DRIDF, n. 56).

- BERTRAND, G. **Un paysage plus profond.** In: LES RENCONTRES DE L'ABBAYE D'ARTHOUS. Le paysage: retour d'expériences entre recherche et projet, 2008. Anais ... Hastingues: Centre Départemental du Patrimoine, 2011, p. 15-25.
- CLAVAL, P.; SANGUIN, A.-L. (Dir.). **La géographie française à l'époque classique (1918-1968).** Paris: L'Harmattan, 1996. 345p.
- DENEUX, J.-F. **Histoire de la pensée géographique.** Paris: Belin, 2006. 255p.
- FRÉMONT, A. **La région: espace vécu.** Paris: PUF, 1976. 221p.
- INKPEN, R. **Science, philosophy and physical geography.** London: Routledge, 2005. 164p.
- REIS JR., D. F. C. **As atividades do laboratório GEODE (Universidade de Toulouse II, França).** Geografia, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 252-255, jan./abr. 2007a.
- REIS JR.. **Conversas sobre o pensamento: Georges Bertrand e a erradia geografia.** Geografia, Rio Claro, v. 32, n. 2, p. 500-513, mai./ago. 2007b.
- REIS JR.. **História de um pensamento geográfico: Georges Bertrand.** Geografia, Rio Claro, v. 32, n. 2, p. 363-390, mai./ago. 2007c.
- ROBIC, M.-C.; TISSIER, J.-L.; PINCHEMEL, P. **Deux siècles de géographie française: une anthologie.** Paris: CTHS, 2011. 560p.

APÊNDICE: A CARTA DE CHOLLEY A BERTRAND

Numa carta manuscrita de seis páginas, André Cholley (1886-1968), um dos últimos *patrons* da Época de Ouro da Geografia Francesa, autor do célebre *Guia do Estudante de Geografia* (1942), expôs sua impressão sobre o modelo teórico a ser logo veiculado pelo artigo de 68. O irônico é que a historiografia do pensamento francês muito naturalmente aponta Cholley como um precursor do sistemismo na Geografia; como um modernista, inclusive, por efeito de sua noção de *organisation de l'espace*. Aquele que depurou bastante a noção (um tanto vaga em tempos vidalianos) de “combinação”. *Combinaison* é, poderíamos sustentar, o ancestral do *systeme* – seu sucessor bem mais teórico. Cholley é responsável, de fato, pela sofisticação gradual do termo ... levando-o, assim, na direção das teorias sistêmicas já então eclodidas nos países anglo-saxões. Entretanto, a carta que chega às mãos de Bertrand ainda em 1968, ano mesmo em que Cholley morreria, traz o apontamento de “problemas” que Cholley via nas abordagens sistemistas.

A seguir, a tradução⁴ que fiz da carta do octogenário Cholley ao jovem Bertrand. Com alguma adequação sintática, ela, traduzida, dizia isto:

⁴ Bertrand me informou que há menos de dois anos também repassou cópia deste manuscrito ao Professor Armen Mamigonian. Embora não tenha localizado uma sua publicação a respeito, é possível que a tradução desta missiva já não seja inédita em língua portuguesa.

Paris, 20 de agosto de 1968

Caro Senhor,

Você deve ter ficado espantado por não receber de mim nenhuma outra correspondência desde aquela que lhe endeecei em maio. Eu fiquei seriamente adoentado: uma crise de fígado com sequelas que me impediram qualquer trabalho. Não me queira mal por isso. Seu artigo me interessou muito e eu refleti longamente sobre ele.

Primeiramente, eu devo lhe felicitar pelo seu “Ensaio biogeográfico da Liebana: a dinâmica atual das paisagens”. Ele é notável. Preciso, profundo, vigoroso e escrito num estilo agradável; o que não o prejudica em nada.

Este vigor de pensamento nós encontramos também no seu projeto de artigo metodológico, mas (desculpe-me a franqueza, eu faço com toda a simpatia) ele está longe de ter o mesmo caráter sedutor. Seu estilo é abrupto demais, muito carregado de termos abstratos (por exemplo, a longa série deles no final da página três, e aqueles termos com os quais você salpica a síntese das paisagens). Não sou, certamente, hostil ao emprego destes termos. Eles condensam o pensamento e são necessários para estabelecer uma tipologia. Mas é preciso pensar em quem está lendo (os leitores dos Annales não são todos especialistas) e não devemos repelir os jovens. Não seria conveniente definir explicitamente esses termos, seja por uma nota explicativa (sem, entretanto, cair em perfrase) ou, melhor ainda, apoiando-se em algum exemplo?

Assim como aqueles que o reprovam em Bordeaux, sou da opinião de que alguns de seus julgamentos são temerários e, conseqüentemente, injustos – como quando o senhor diz que o conceito de paisagem acabou ficando quase estranho à Geografia física moderna; ou quando afirma que esta ficou desequilibrada devido à hipertrofia da pesquisa geomorfológica e por efeito de graves carências no domínio das ciências biogeográficas. Sua crítica é bastante justificada no que concerne ao passado (a “idade de ouro da geografia regional”), quando a Geografia nascente tinha adotado, diante do estudo da realidade, a atitude das ciências da natureza. Uma atitude separatista, que decompunha esta realidade em seus elementos simples e os estudava separadamente, em suas estruturas e dinamismos: morfologia, meteorologia, hidrografia, biogeografia, etc. Não podia ser diferente. E se a biogeografia constitui uma lacuna, isso se deve talvez ao fato de que a evolução que ela conheceria, e a levaria ao nível em que se encontra hoje, apenas começava.

Hoje nossa atitude está mudando. O fato geográfico não é mais considerado, como já pude demonstrar, como um fato simples que se deve à ação de um só fator, e que poderíamos catalogar nesta ou naquela disciplina. É um fato complexo resultante de uma convergência de fatores interferindo entre si. Portanto, é impossível defini-lo corretamente sem que se o considere em sua totalidade; quer dizer, nas relações estabelecidas entre os fenômenos componentes.

Essas combinações são suscetíveis de variar consideravelmente, pois as relações de causa e efeito entre os fatores podem se modificar de um lugar para outro, e de uma fase da evolução para outra. E não é sempre o mesmo fator que comanda o jogo. (Pode-se acrescentar que nessas condições a Geografia deve iniciar-se nos métodos das

ciências físicas e biológicas, para abordar convenientemente o estudo das combinações geográficas)⁵. Em todo caso, resulta que foram criadas na superfície do planeta unidades geográficas diversas, cujo estudo revela a estrutura e o dinamismo das combinações das quais elas dependem. Estas unidades de base, como denomina-las? Paisagens ou regiões. O senhor opta pela paisagem e, em certos momentos, parece considerar antes de tudo a paisagem vegetal, o que é muito natural para um biogeógrafo. Mas noutros momentos, ao contrário, sua paisagem se aproxima sobretudo daquela paisagem dos geógrafos que, além das formas de relevo, consideram o meio atmosférico, a hidrografia e a ação humana.

No fundo, a paisagem, qualquer que seja o sentido que demos a ela, é antes de tudo a expressão visual de uma organização do espaço resultante da interferência, na superfície do globo, de diversos fatores físicos, biológicos e antrópicos, que fazem parte do meio planetário. Então, o fundamental não é o “adorno” que reveste a epiderme terrestre, mas sim a superfície mesma que é suscetível de registra-los. Se não houvesse superfície, não haveria paisagem. A paisagem resulta do “impacto” efetuado sobre esta epiderme terrestre, sob a ação de diferentes fatores planetários. E é também a existência desta superfície que torna possíveis as relações complexas de interdependência dos diferentes fatores.

Como determinar essas regiões? O senhor tem razão em pensar que a condição de escala seja essencial. Nos encontramos de fato na presença de dois tipos de região: aquelas que estão na escala do planeta ou de um continente, e aquelas que ocupam, no interior dessas grandes divisões, um espaço reduzido, mas oferecendo uma organização original e permanecendo subordinadas ao meio constituído pelas grandes regiões; meio este no qual elas se “banham”.

a) As regiões em escala planetária ou continental (equivalentes às unidades superiores de seu trabalho) denominamos zonas ou domínios. São unidades consideradas fundamentais por suas dimensões; mas também por sua estrutura, pois elas derivam da ação dos grandes fatores que agem na superfície do globo. Cada um destes fatores se considerando, mais ou menos, o preponderante. A primazia do clima é, com respeito a isso, inegável. Por exemplo, nas regiões tropicais úmidas, em se tratando unicamente de planícies ou baixos planaltos, o meio atmosférico, os sistemas de erosão, a cobertura vegetal, etc., dão a esta zona uma unidade fundamental.

Acontece o mesmo no domínio mediterrâneo do antigo mundo, que se alastra pela extensão de um mar continental e sobre as regiões costeiras. Mas aqui a combinação é mais diversificada, pelas condições de um relevo que opõe planícies e montanhas.

Poderíamos pegar também o exemplo do domínio europeu temperado, do tipo oceânico puro ou de transição. Mas as coisas são muito mais complexas aí, dada a presença de uma alta cadeia de montanhas (pirenaico-alpina) que se coloca, quase de um extremo ao outro, na zona marginal de contato dos climas oceânico e mediterrâneo. Ali é o relevo que assume a primazia. Ele constitui um mundo à parte, cujo enquadramento, ao norte e ao sul, dá-se sob a forma de planícies (influenciando hidrografia, feições, etc.).

b) As regiões secundárias (equivalentes às unidades inferiores de seu trabalho) correspondem às pequenas unidades que existem no interior das zonas ou dos domínios. Manifestam, portanto, traços comuns a eles, mas demonstrando também uma certa originalidade. O estudo dessas pequenas unidades faz sobressair a variedade, os contrastes e mesmo as distorções no interior dos domínios. Além disso, o estudo permite precisar o mecanismo da

⁵ Este trecho entre parênteses Cholley, na verdade, escreveu como uma nota explicativa, ao pé da terceira folha manuscrita.

estrutura e da evolução delas. Um exemplo seria a zona temperada europeia, com os maciços antigos, as planícies de afundamento tectônico, as planícies sedimentares a leste – onde os depósitos glaciais e pré-glaciais quase que mascararam completamente todos os acidentes do relevo preexistente – e as a noroeste – onde a influência pré-glacial afetou apenas os taludes e fundos de vale. E o senhor foi feliz ao chamar atenção, no seu “Liebana”, sobre os fenômenos marginais (contato entre dois domínios climáticos), onde a influência de um alto relevo é o que denuncia os contrastes.

Tais são as reflexões que seu artigo me sugere. O senhor percebe que não estamos longe de uma concordância. Reflita tranquilamente e depois retome o artigo⁶. Em suma, trata-se de definir as relações entre a geografia de base, que é a Geografia regional, e a Geografia geral. A passagem de uma à outra, pelo estabelecimento de tipos de região segundo a estrutura, a dinâmica e a evolução.

Com o estado atual de nossos conhecimentos, não acho que possamos esgotar o assunto. Mas podemos apresentá-lo em linhas gerais; podemos discuti-lo e orienta-lo. Trabalho delicado. Mas o “Liebana” deverá dar a você a coragem necessária.

Queira me desculpar por esta longa carta e, ainda mais, pela escrita (minha máquina datilográfica está de férias). E aceite meus melhores sentimentos.

A. Cholley

Eis aqui um registro material muitíssimo significativo. Vendo as coisas pelo ângulo historiográfico, a carta documenta nada menos que uma tradição científica sentindo-se desacetada. O império da Geografia Clássica já, na verdade, sinalizando decadência. Dão-nos pistas disso, primeiro, um Cholley tomando as dores da Geografia Física praticada na França (porque a denúncia de sua “hipertrofia” e a constatação de “graves carências” – p.ex. em se tratando do escasso biologismo – seriam injustas) e, segundo, um Cholley persistentemente devotado à noção de *combinaison* (“convergência de fatores”) e ao excepcionalismo (relações de causa e efeito sendo variáveis de lugar para lugar; engendrando, portanto, “organizações originais”).

Talvez possamos assentir a que Bertand naquele momento não tivesse a estatura capaz de fazer medrar grandes mandarins. Mas pelo menos lhe sobrava audácia para pôr no papel pessoais convicções. E convicções estas que parecem ter podido, ainda assim, passar por “temerárias”.

O próprio elogio de Cholley ao ensaio de 64, sobre a Liébana (ocasião em que Bertrand já demonstrava frustração com respeito aos protocolos separatistas da Geografia), atesta bastante bem uma lealdade às cerimônias procedimentais da ciência. Tradicionalismo que, naturalmente, fez Cholley enxergar perigo, por exemplo, em terminologias por demais abstratas.

Podemos imaginar, então, o quanto Cholley teria se assombrado se ficasse por aqui mais tempo, e testemunhasse a geografia que logo se seguiria. Crescente e irresistivelmente abstrata. (A fim de incorporar o simbólico ... a fim de recapturar o natural ... a fim de resguardar ambos.).

⁶ Tive alguma dificuldade em traduzir este trecho (originalmente: “*Vous devriez le reprendre à tête reposée*”). Embora me parecesse autorizada a opção pela tradução literal da frase – que na forma é, como se vê, bastante direta –, na verdade havia dois possíveis significados. Cholley pode mesmo não ter tido qualquer intenção em “enquadrar” o autor, desfazendo suas ambições epistemológicas. Mas também pode ter desejado que ele, após, digamos, “melhor ponderação”, corrigisse seus arroubos.